



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CAPACIDADE JURÍDICA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA

DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS
APAE DE SÃO PAULO

Apoio:



Realização:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência



Capacidade Jurídica e Tomada de Decisão Apoiada

Experiências Internacionais

Tomada de Decisão Apoiada

- Processo judicial criado pela Lei Brasileira de inclusão, no qual a própria pessoa com deficiência indica duas pessoas em quem confia para serem nomeadas pelo juiz como apoiadores;
- Participam do processo: a parte interessada, as duas pessoas apoiadoras, o juiz (assistido por equipe disciplinar) e o Ministério Público.



Capacidade Jurídica e Tomada de Decisão Apoiada

Experiências Internacionais

Curatela

- Processo judicial que analisa a capacidade civil de uma pessoa adulta
- Alteração substancial do artigo 1.767 do Código Civil, decorrente da Lei Brasileira de Inclusão – não mais se admite que qualquer pessoa com deficiência esteja sujeita à curatela;
- A pessoa com deficiência é ouvida pelo juiz, com a assistência de equipe multidisciplinar
- O juiz determina, segundo as potencialidades da pessoa, os limites da curatela, se restringindo às questões patrimoniais e negociais.



Capacidade Jurídica e Tomada de Decisão Apoiada

Experiências Internacionais

Direitos da pessoa em situação de curatela

- Direito ao trabalho;
- Direito ao voto;
- Direito ao matrimônio;
- Direito à integridade física – não poderão ser obrigadas a se submeter à intervenção médica ou cirurgia ou a tratamento médico ou à institucionalização forçada.



Capacidade Jurídica e Tomada de Decisão Apoiada

Experiências Internacionais

Substituição, Revisão e Cessação

- Substituição: quando há discordância entre a vontade da pessoa em situação de curatela e curador;
- Revisão: se verificada maior independência para os atos patrimoniais e de negócio;
- Cessação: pode ocorrer a qualquer tempo.



Capacidade Jurídica e Tomada de Decisão Apoiada

Experiências Internacionais

Capacidade civil na Inglaterra e País de Gales

- Prevê a limitação da capacidade civil;
- Permite detenção e tratamento psiquiátrico forçados;
- Prevê a existência de “representantes” para preservar o bem estar, patrimônio e negócios da pessoa com deficiência mental em situação de curatela.



Capacidade Jurídica e Tomada de Decisão Apoiada

Experiências Internacionais

Capacidade civil na Rússia

- Há previsão no ordenamento russo a incapacidade relativa;
- A pessoa em situação de curatela tem o direito de consentir ou recusar-se a qualquer intervenção médica;
- A pessoa em situação de curatela pode propor ação judicial para a cessação da curatela.



Capacidade Jurídica e Tomada de Decisão Apoiada

Experiências Internacionais

Capacidade Civil na Irlanda

- Revogação da curatela plena;
- Previsão da tomada de decisão apoiada, no entanto ainda limita a autonomia da pessoa com deficiência, permitindo a existência de uma figura similar ao do curador.



Capacidade Jurídica e Tomada de Decisão Apoiada

Experiências Internacionais

Capacidade Civil nos Estados Unidos

- Não ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;
 - Legislação não uniforme, variando em cada estado;
 - A Corte costuma decidir pela incapacidade plena;
- Em alguns estados os curadores tem o direitos de: decidir as questões patrimoniais, trabalho, voto e matrimônio.



Capacidade Jurídica e Tomada de Decisão Apoiada

Experiências Internacionais

Capacidade civil na Nova Zelândia

- Autonomia para a prática de atos civis, econômicos, sociais e culturais;
- Educação e acesso à informação;
- Poder para escolher onde viver e com quem;
- Respeito, dignidade e equidade.



Capacidade Jurídica e Tomada de Decisão Apoiada

Experiências Internacionais

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS – Pessoa Com Deficiência

Rua Riachuelo, 115, 1º andar, sala 119

Tel. 31199053

Email: deficiente@mpsp.mp.br

Deborah Kelly Affonso

Promotora de Justiça

Rachel da Mota Vieira

Estagiária do Ministério Público



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CAPACIDADE JURÍDICA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA

DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS
APAE DE SÃO PAULO

Apoio:



Realização:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência